

Sugerimos no texto anterior que não existe uma lusofonia, mas várias lusofonias. O plural aqui não é ornamento gramático, mas o sinal de uma enorme riqueza de diversidade dos povos que se expressam em português. Outro aspecto fundamental a considerar é que lusofonias não se prendem à língua portuguesa, indo muito além dela.

Apesar do lugar e da datação histórica de nascimento, as lusofonias têm vidas próprias e não são propriedades de ninguém. Elas não têm dono. Além disso, ao mesmo tempo, são angolanas, brasileiras, cabo-verdianas, galegas, goenses, guineenses, guinéu-equatorianas, moçambicanas, portuguesas, são-tomenses, timorenses, etc, etc e etc.

Esses múltiplos olhares e usos, constituídos por histórias e culturas atravessadas entre nós, são uma fonte criativa e sempre renovadora das lusofonias. E é esse conjunto vivo, diverso e disperso que produz alguma ideia em torno de uma “comunidade”. Em outras palavras, é como se as várias lusofonias costurassem um grande e colorido tecido que busca nos juntar e nos cobrir.

O problema é que essa tessitura se desenvolve em um mundo globalizado, complexo, e que acarreta uma série de implicações. Esse mundo imaginado como uma “aldeia global” (termo popularizado por Marshall McLuhan, em 1962, em “A Galáxia de Gutemberg”), apresenta reflexos vitais para ideia de identidade e comunidade.

A relação entre lusofonias e globalização deixa esse quadro mais complexo ainda porque os povos lusófonos se espalham pelo mundo, em vários países e regiões. Se hoje é difícil pensar em uma comunidade nacional, imagine em uma transcontinental, como a lusófona. A questão é: ainda é válido se pensar em “comunidade” diante da globalização? Em um mundo presumido único, sem fronteiras, onde se localiza a comunidade lusófona?

Conceitualmente, a ideia de comunidade faz referência a um grupo que partilha uma mesma ou parecida identidade. Os membros desse lugar se enxergam proprietários de uma “essência comum” que dará sentido a esse conjunto, que a delimitará.

Claro, esse conceito é mais complexo e deve ser repensado, seja em razão da globalização seja por conta de uma necessária investigação sobre sua gênese. Para isso, vamos recorrer ao filósofo italiano Roberto Esposito (2012) e as ideias de “communitas” e de “immunitas”. Todavia, agora, nesse texto, iniciemos com a globalização.

Com o mundo globalizado, ao “alcance das mãos”, os indivíduos são levados a acreditar que são objetos de uma mesma espacialidade, não estando presos em localidades, limitados por fronteiras. As identidades nacionais parecerem perder sentido. E as comunidades? Qual a “essência comum” entre nós, que constituiria a comunidade lusófona? Que amarras prendem os indivíduos globalizados, sem um centro definido? Essas questões nos levam à Era Moderna.

Para Anthony Giddens (2002), foi na Modernidade, com as expansões europeias para outros continentes no século XV, que foram lançadas as premissas do que entendemos hoje por globalização. As ações mercantis possibilitaram o alargar das fronteiras de maneira tal que o mundo passou a ser imaginado como uno, um “todo conhecido”. Estamos a falar de circulação de capital/mercado.

Nesse sentido, as retóricas do mundo global sempre giraram em torno de aspectos e interesses políticos para sustentar a lógica econômica de um mundo onde o capital circulasse sem amarras. Esse quadro produziu uma cultura hierárquica entre superiores e inferiores, dominadores e dominados, que sustentou práticas de máxima exploração e pilhagem no “novo mundo”.

O termo globalização é aplicado na produção, passa pela distribuição e, principalmente, chega ao consumo de bens e serviços que são organizados a partir de uma estratégia mundial e, claro, voltados para o mercado global, como diz Renato Ortiz (2003). Esse ambiente se impõe e atravessa as comunidades nacionais, definidas, localizadas, comprometendo-as, diluindo-as.

É aqui que Boaventura de Sousa Santos (1994) percebe que o resultado da contradição entre o imaginário da globalização e as comunidades locais é a criação de um vazio social que o Estado Moderno tentou preencher, porém, sem jamais ter conseguido.

Com a supremacia do modelo liberal, da iniciativa privada, do capitalismo, a ideia de comunidade como um lugar delimitado e que seus membros têm algo em comum, passa a sofrer um ataque direto e fulminante. O triunfo do homem, do sucesso pessoal, o desligamento do indivíduo aos seus laços próximos, fazendo nascer o “cidadão do mundo” vai impactar de forma vital nos princípios da comunidade.

Assim, como pensar em comunidade hoje? É possível se imaginar uma comunidade lusófona?

As lusofonias nos acolhem como comunidade, isto é, elas são “comum” que nos faz membros de um mesmo grupo? Ou, com a globalização temos rejeitamos essas pertenças, combatido a possibilidade de aproximações, lutado contra nossos laços históricos, sociais e culturais, que são constitutivos de nós mesmos?

Na próxima semana, voltaremos a tratar dessas e outras questões, aprofundando mais a tensão entre globalização e comunidade, especificamente, no tocante às lusofonias.

Referências

ESPOSITO, R. (2012). *Communitas: origen y destino de la comunidad*. Buenos Aires: Amorrortu.

GIDDENS, A. (2002). *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

ORTIZ, R. (2003). *Mundialização e Cultura*. São Paulo: Brasiliense.

SOUSA SANTOS, B de (1994). Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. *Revista Tempo Social; Sociologia USP, S. Paulo*, 5 (1-2), pp. 31-52.